

abpi.empauta.com

Brasília, 12 de janeiro de 2026 às 07h56

Seleção

UE confirma que assinará acordo com Mercosul no dia 17



A União Europeia (UE) confirmou neste domingo (11) que assinará o acordo de livre-comércio com o Mercosul no próximo sábado (17), encerrando uma das mais longas e complexas negociações comerciais da história recente. A formalização será feita pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, após a aprovação política do texto pelos Estados-membros do bloco, ocorrida no início de janeiro.

O tratado que envolve Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai cria uma das maiores áreas de livre-comércio do mundo, reunindo cerca de 780 milhões de consumidores. O avanço do acordo ocorreu apesar da resistência aberta de países como França, Irlanda, Polônia, Hungria e Áustria, que alegam riscos ao setor agrícola europeu diante da maior abertura a produtos sul-americanos, especialmente carne bovina, açúcar e etanol.

Ainda assim, a maioria qualificada necessária foi alcançada na sexta-feira (9), permitindo que o processo prosseguisse. A Comissão Europeia argumenta que o tratado é estratégico para fortalecer a competitividade da indústria europeia, diversificar parceiros comerciais e reduzir a dependência de mercados como Estados Unidos e China em um cenário global marcado por crescentes tensões geopolíticas e acirradas disputas comerciais.

Do lado do Mercosul, o acordo é visto como uma oportunidade histórica de ampliar o acesso a um mercado de alto poder aquisitivo, com redução gradual de tarifas sobre a maior parte das exportações ao longo de até 15 anos. O entendimento também prevê regras sobre compras governamentais, **propriedade intelectual** e compromissos ambientais, ponto sensível nas negociações e central nas críticas de ambientalistas europeus.

A assinatura do tratado, no entanto, não significa sua entrada imediata em vigor. O texto ainda precisará ser ratificado pelo Parlamento Europeu e, posteriormente, pelos parlamentos nacionais dos países do Mercosul. Até a conclusão dessas etapas, o acordo permanece como compromisso político, sujeito a debates internos e eventuais obstáculos legislativos.

Mesmo assim, a decisão de avançar com a assinatura é interpretada como um gesto político relevante da UE em defesa do multilateralismo e da abertura comercial, após mais de duas décadas de negociações marcadas por impasses, recuos e reviravoltas.